

Fredie Didier Jr.

COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA NACIONAL

**esboço de uma teoria para o
Direito brasileiro (arts. 67-69, CPC)**

2.^a edição
revista, atualizada
e ampliada

2021



Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

1192687

C778 Cooperação Judiciária Nacional – Esboço de uma Teoria para o Direito Brasileiro / Fredie Didier Jr. – 2.ed. rev. atual., e ampl. – Salvador: Editora JusPodivm, 2021.
128 p. (Ensaios)

Bibliografia.
ISBN 978-65-5680-451-4.

1. Organização Judiciária. 2. Cooperação Judiciária. 3. Direito Processual.
I. Didier Jr., Fredie. II. Título.

CDD 341.41

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

I. PREMISSAS

I. PREMISSAS	21
1. Conceito de norma jurídica processual	21
2. Fontes da norma jurídica processual	21
3. Conceito de fato jurídico processual.....	30
4. Negócio jurídico processual	32
5. Protocolos institucionais.....	36
6. Princípios da tipicidade da competência e da indisponibilidade da competência. Regra da inexistência de vácuo de competência.....	37
7. Princípio da competência adequada.....	38
8. <i>A translatio iudicii</i>	42
9. Princípio da eficiência.....	44
II. COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA NACIONAL	51
1. Introdução: conceito, dever de cooperação judiciária e relação com as normas fundamentais	51
2. Breve histórico.....	53
3. Outras fontes normativas da cooperação judiciária nacional: a Resolução n. 350/2020 do Conselho Nacional de Justiça, as leis estaduais e os regimentos internos dos tribunais	56
4. Abrangência das normas sobre cooperação judiciária nacional: processos eleitoral, trabalhista, penal e administrativo.....	58

16	
	Cooperação Judiciária Nacional – Fredie Didier Jr.
5.	Elementos da cooperação judiciária nacional brasileira: os sujeitos da cooperação, os tipos de cooperação, os instrumentos de cooperação e os atos de cooperação 59
6.	Atipicidade da cooperação: atipicidade de instrumentos e de atos 60
7.	Tipos de cooperação 62
7.1.	Cooperação por solicitação 62
7.2.	Cooperação por delegação 63
7.3.	Cooperação por concertação 63
8.	A subsidiariedade do uso das cartas como instrumentos de cooperação judiciária. A disciplina normativa das cartas como parâmetro para a solução de problemas dogmáticos da cooperação judiciária nacional 64
9.	Pedido de cooperação: a cooperação solicitada 66
10.	Cooperação por delegação 66
10.1.	Noção e características 66
10.2.	Distinções 68
11.	Atos concertados: a cooperação negociada 69
11.1.	Generalidades e legitimidade para celebração. A cooperação interinstitucional 69
11.2.	Objeto da concertação 74
11.2.1.	Consideração introdutória 74
11.2.2.	Alguns objetos de atos de concertação: a lista de exemplos do § 2º do art. 69 do CPC 76
11.2.2.1.	Prática de citação, intimação ou notificação de ato (art. 69, § 2º, I, CPC) 76
11.2.2.2.	Obtenção e apresentação de provas e a coleta de depoimentos (art. 69, § 2º, II, CPC). A conexão probatória 77
11.2.2.3.	Efetivação de medidas e providências para recuperação e preservação de empresas e para facilitação de habilitação de créditos na falência e na recuperação judicial (art. 69, §2º, IV e V, CPC) 78
11.2.2.4.	A centralização de processos repetitivos (art. 69, §2º, VI, CPC) 79
11.2.2.5.	Execução de decisões judiciais (art. 69, §2º, III e VII, CPC) 82
11.3.	Ato concertado como hipótese de modificação de competência 83
12.	Cooperação judiciária e sistema da <i>translatio iudicii</i> 88
13.	A compulsoriedade da cooperação judiciária 89

14. As partes e a cooperação judiciária.....	91
15. Síntese do modelo brasileiro de cooperação judiciária nacional.....	93
ANEXOS.....	95
I. Enunciados do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis sobre cooperação judiciária.....	95
II. Recomendação n. 38/2011 do Conselho Nacional de Justiça	97
III. Resolução n. 350/2020 do Conselho Nacional de Justiça	100
BIBLIOGRAFIA	117